

Oportunismo é o grande obstáculo para a reforma

A reforma política é um tema recorrente no cardápio político nacional. Ganha força no início das legislaturas e depois dos grandes escândalos. Acaba sempre sepultada pela ausência real de interesse de mudar alguma coisa.

Ninguém em seu juízo perfeito duvida que o país careça de uma reforma profunda para melhorar o seu sistema eleitoral de modo a refletir com maior fidelidade a vontade do eleitor. É aí que mora o perigo. Algumas das propostas em pauta têm um conteúdo assustador.

Por exemplo, o financiamento público de campanhas. Trata-se de uma espécie de estatização das campanhas políticas que seriam bancadas com dinheiro público e se apóia no raciocínio fantasioso que, uma vez que dispusessem desse tipo de financiamento, os políticos abririam mão de suas tradicionais fontes de custeio, entre elas o bom e velho caixa 2.

A idéia do financiamento é particularmente cara ao PT, partido que criou o mensalão, que usava o saque sistemático de órgãos públicos para remunerar a bancada aliada com aportes mensais. Pois são justamente os petistas, que estão enquistados na máquina do Estado, que proclamam a crença que o financiamento público seria a redenção da política



nacional.

Pior ainda é a proposta do voto em lista fechada. Por esse dispositivo o direito do eleitor de escolher seus candidatos proporcionais (deputados e vereadores) seria simplesmente cassado. Os eleitos seriam escolhidos pelos cardeais dos partidos que elaborariam listas dos candidatos que não teria, necessariamente, nenhuma relação com o número de votos recebidos pelos candidatos.

Nesse sistema calcula quantos candidatos aquela lista poderá eleger, e eles serão eleitos, não na ordem em que forem votados, como atualmente acontece, mas na ordem em que foram propostos na lista

elaborada pelos mandachuvas dos partidos. O voto em lista transformaria todos eleitores brasileiros em Tiriricas – não novos campeões de votos, mas palhaços.

Propostas aberrantes como o financiamento público e o voto em lista não significam que a reforma política seja impraticável ou indesejável no Brasil. É preciso eliminar propostas mal-intencionadas e considerar aquelas que podem melhorar o atual sistema.

Uma delas, que poderia ser analisada, é a do voto distrital. Pesquisa recente mostra que a maioria dos curitibanos simplesmente não lembra em quem votou para deputado estadual

e federal nas últimas eleições. O motivo dessa amnésia é simples. O eleitor não conecta o político que elegeu com suas carências e necessidades.

O voto distrital, devidamente adaptado a realidade brasileira, poderia equacionar esse problema ao estabelecer um vínculo entre o eleito e sua representação a uma determinada área geográfica que ele deveria atender prioritariamente.

O voto distrital não é um ovo de Colombo, tem deficiências e vantagens. Uma delas é a dificuldade de ocorrer a radicalização política, já que, pelo sistema distrital, o candidato precisa ter maioria em seu distrito. Em qualquer

comunidade, dificilmente a maioria é radical, e, assim, a política do país tende a criar e fortalecer lideranças mais estáveis e menos passionais.

Por outro lado, o voto distrital pode criar legisladores que estejam sempre voltados aos problemas locais, relegando assuntos nacionais e internacionais ou que não dizem respeito ao seu distrito e criando uma continuidade de cargo, através de um clientelismo extremado, com as mesmas pessoas nos mesmos cargos por várias eleições seguidas. É possível que as desvantagens do sistema sejam compensadas pela maior integração entre os eleitos e seus eleitores.

Existem outras propostas interessantes que poderiam ser avaliadas pelos nossos legisladores se houvesse interesse real de melhorar a qualidade política do sistema brasileiro. Poucos acreditam, no entanto, que isso venha a ocorrer.

Normalmente a preocupação, quando se fala em reforma política, é casuística. O que se deseja é resolver por oportunismo algum problema imediato. Quando esse problema é equacionado, a reforma política que seria necessária, volta para o armário de onde só sairá quando houver outro casuismo para resolver.

hora H

ANO 15 / Nº 1673 - Curitiba, 10 a 16 de fevereiro de 2011

Diretor: Cícero do Amaral Cattani (cicero.cattani@horahnews.com.br) - Diretor Geral: André Joppert Lopes (andre@horahnews.com.br)

Uma publicação: Owlet Comunicação Ltda. Correspondência: Des. Hugo Simas, 220 - Bom Retiro CEP: 80520-250 - Curitiba/Paraná - Fone: 41 3338-8583
Impressão: Editora O Estado do Paraná - Distribuição bancas: A.S. Distribuidora - www.horahnews.com.br - Fale com a gente: horah@horahnews.com.br